

A assistência ao estudante: um desafio para as universidades comunitárias

*The assistance to the student: a challenge for
the communitarian universities*

APARECIDA QUEIROZ ZACARIAS¹

AGNA DOS SANTOS ANICÉSIO²

EDMARA MARTINS DE SOUZA³

ELI MENDES PITALUGA³

¹ Estagiária do Departamento de Apoio Comunitário e graduanda do 2º semestre em Serviço Social da Universidade Católica Dom Bosco.

² Estagiária do Departamento de Apoio Comunitário e graduanda do 4º semestre em Serviço Social da Universidade Católica Dom Bosco.

³ Assistente Social do Departamento de Apoio Comunitário da Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

O principal foco deste artigo é propor a reflexão sobre a Assistência ao Estudante no âmbito de uma Universidade Comunitária frente aos desafios de agregar, distribuir recursos, selecionar demanda e ao mesmo tempo cumprir com as novas determinações impostas pelo Governo Federal. Para garantir a qualidade das Políticas Assistenciais no contexto universitário, não se pode desvincular a análise do cenário globalizado, em que ocorrem as grandes transformações da sociedade. Se o indivíduo não possui condições mínimas de sobrevivência, é certo que nunca se aproximará de uma universidade. Sendo a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) uma Universidade Comunitária, engajada na luta por uma sociedade mais justa, por meio dos programas e projetos sociais, atua como agente qualificador para corresponder às demandas da sociedade pela Pesquisa, Ensino e Extensão, que permitem a prestação de serviços e contribuem na formação acadêmica e social de sua demanda.

PALAVRAS-CHAVE

educação superior
universidade comunitária
assistência ao estudante

ABSTRACT

The main focus of this article is to propose a reflection on Assistance to the Student in the scope of a Communitarian University faced by the challenges to aggregate and distribute resources, select the demand and at the same time to fulfill the new determinations imposed by the Federal Government. To guarantee the quality of Social Politics in the university context, the analysis cannot be disconnected from the globalized scene, where the great transformations of society occur. If the individual does not possess minimum conditions of survival, it is certain that they never approach a university. The Dom Bosco Catholic University - UCDB, being a Communitarian University, involved in the fight for a fairer society, through social programmes and projects, acts as a qualifying agent to correspond to the demands of society through Research, Teaching and Extension, which allow the rendering of services and contribute to academic and social development which is demanded.

KEY WORDS

*higher education
communitarian university
assistance to the student*

INTRODUÇÃO

Uma das alternativas para romper o ciclo vicioso de exploração e alienação é a educação. Porém, no Brasil, apesar do discurso reformista que atualmente se encontra na pauta do Ministério da Educação. Esta questão ainda está longe de ser resolvida de forma democrática e que constitucionalmente garanta o ensino superior para maioria dos estudantes em uma instituição pública, pois impera-se uma visão focalista que leva em consideração os dados quantitativos sem maiores preocupações com a qualidade de ensino.

De acordo com as últimas estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), atualmente no Brasil existem 1.443 Instituições de Ensino Superior. Destas 195 são públicas, 1.126 são particulares e 317 são as chamadas comunitárias, filantrópicas ou confessionais.

Assim, o fator educação pode ser analisado sob a seguinte vertente, que diz respeito à questão do ensino público e privado, numa situação nitidamente adversa, em que os menos favorecidos, por falta de oportunidades, são obrigados a cursarem os cursos fundamentais em escolas públicas, as quais não possuem os recursos necessários para o preparo do aluno visando seu ingresso e desempenho no ensino superior. Ao passo que os mais favorecidos, aqueles que têm oportunidades de freqüentar escolas particulares dotadas de estrutura eficaz para uma sólida formação na educação fundamental e média, acabam obtendo mais chances de ocuparem uma cadeira nas universidades públicas, restando aos demais, quando conseguem este nível, oportunidade de freqüentarem as universidades privadas, onde existe maior oferta de vagas.

Sob esta ótica, o acesso à universidade pública é muito restrito, tornando-se privilégio das minorias em virtude da exclusão social estabelecida em todos os níveis das relações. Mediante todas as dificuldades do ingresso ao ensino superior no Brasil, é difícil ao estudante universitário, conseguir uma vaga na universidade. Portanto, entrar para a universidade exige esforço, coragem e dinheiro. Daí o motivo

pelo qual muitos não conseguem chegar ao nível superior. Falta motivação, informação e recursos financeiros. Alguns até conseguem ingressar, porém o convívio com a realidade acadêmica, os compromissos universitários, as despesas financeiras ligadas à necessidade de trabalhar para conseguir manter-se, levam o acadêmico a se deparar com uma série de dificuldades que podem impedi-lo de permanecer na universidade.

A UCDB faz parte do universo das Universidades Comunitárias e distinguir o que a torna diferente das denominadas públicas ou privada é de fundamental importância para definir sua identidade.

1. CARACTERÍSTICAS DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

Uma universidade comunitária não é pública estatal, mas também não é privada, ainda que estudar em qualquer universidade com esta denominação exija um custo. Poder-se-ia, então, denominá-la como iniciativa pública não-estatal, isto é, não nasce do poder público-estatal.

A caracterização do conceito “comunitária” trata de algo novo, que está em construção no debate dentro do âmbito acadêmico e fora dele. Porém, ao mesmo tempo gera confrontos de idéias e interesses. Existe até certa discriminação por parte das universidades públicas. Reflexo da má compreensão do sentido amplo da expressão “universidade comunitária”. Contudo, é imprescindível a construção de uma identidade própria que permita a clara diferenciação em relação às outras organizações da educação superior para afirmar-se e estabelecer relações políticas com a sociedade e o Estado (Frantz, 2004).

Uma universidade comunitária é mantida por pessoa jurídica de direito privado, mas é uma instituição sem fins lucrativos e sua missão se concretiza na interação com a comunidade.

Outro aspecto da universidade comunitária é a ênfase dada à pesquisa, ensino e extensão, cujo objetivo é estudar, transmitir conhecimentos e transformar a realidade da sociedade na qual está inserida. É uma troca de conhecimentos em que ao mesmo tempo ganha a

universidade, a comunidade acadêmica e a sociedade. Outro caráter importante, que não se pode esquecer é o compromisso social expressado nos Programas e Projetos direcionados à comunidade interna e externa (Vannucchi, 2004).

Face à incapacidade do Estado em atender todas as necessidades da sociedade, o que gera exclusão, as pressões da sociedade civil fazem emergir organizações que acabam construindo novos espaços públicos, como se expressa nas palavras abaixo:

Podem as universidades comunitárias ser entendidas como parte da construção e ampliação dos espaços da esfera pública nos quais os deveres e os direitos da educação devem ser discutidos e construídos. A organização de espaços comunitários, na área da educação, pode ser entendida como uma mobilização cultural e política de populações que não se sentem, devidamente, incluídas ou contempladas pelas políticas públicas, promovidas pelo Estado (Frantz, 2004, p. 8).

Sob esta ótica, a universidade comunitária é compreendida como luta pela ampliação de espaço público democratizado e descentralizado que possibilite as oportunidades de acesso ao ensino superior com a participação da sociedade em geral. Não significa negar o Estado, mas sim uma opção e oportunidade a mais.

A UCDB, no seu papel de universidade comunitária, além de criar, preservar e transmitir conhecimentos atua como agente qualificado para responder às demandas da sociedade contemporânea. Possui compromissos não somente com a qualidade do ensino, como também com os serviços prestados à comunidade, na qual se insere através dos Programas e Projetos sociais, mais especificamente na região de Mato Grosso do Sul. Hoje, além do Campus de Campo Grande, existem as ampliações na cidade de São Gabriel do Oeste e Corumbá.

Para se falar de todos os Programas da UCDB, ter-se-ia que aprofundar em uma pesquisa mais detalhada e extensa. Porém, a intenção neste artigo é discorrer sobre a assistência ao estudante, o que implica os programas estendidos à comunidade acadêmica, que incentivam a permanência e conclusão de um curso superior de acadêmicos com dificuldades financeiras.

2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NA UNIVERSIDADE

Dentro do âmbito universitário, se pode perceber situações de conflito e desigualdade entre classes, em decorrência da crise econômica vigente no país, fato visível em todos os setores da sociedade, inclusive no espaço universitário.

Os acadêmicos que advêm de uma situação desfavorecida frente aos demais necessitam de apoio para continuarem estudando e concluírem seus cursos. Para tal, faz-se necessário à instituição de programas sociais que ofereçam oportunidades para que os acadêmicos menos favorecidos tenham condições de concluir um curso.

Sendo assim, pode-se considerar a assistência na Universidade como mecanismo que facilita o acesso a bens e serviços, objetivando atender as necessidades concretas dos discentes, contribuindo para sua formação profissional (Paura, 1998, p. 22).

Na UCDB, a política de assistência voltada aos acadêmicos, se concentra, principalmente na concessão de bolsas de estudos, em que cerca de 40% de seu alunado recebe algum tipo de bolsa. Este é um dos motivos porque os estudantes das classes mais baixas optam por estudarem na UCDB.

A maior demanda hoje está voltada para a Bolsa Social, a qual concede até 100% de desconto na mensalidade. O objetivo desta modalidade é conceder descontos aos acadêmicos de baixo poder aquisitivo. A bolsa tem duração de seis meses e os descontos são concedidos através de recursos da própria Universidade, a partir da segunda mensalidade, ou seja, a matrícula deve ser paga integralmente. Para obtê-la, o acadêmico passa pelo processo seletivo, no qual tem que comprovar sua necessidade pela bolsa. Este processo é composto por três momentos: o da inscrição, entrevista e análise socioeconômica. As inscrições são realizadas semestralmente via internet, sendo que os acadêmicos que não dispõem de computador, têm à disposição um laboratório de informática concedido pela UCDB, durante este período.

As entrevistas são realizadas por uma equipe composta de Assistentes Sociais e acadêmicos estagiários de Serviço Social do Departamento.

mento de Apoio Comunitário, o qual é responsável pela organização e seleção de todo processo. O objetivo da entrevista é dialogar com o acadêmico sobre a sua problemática e conhecer as suas necessidades em obter desconto em suas mensalidades. O terceiro momento decorre de uma análise socioeconômica da situação familiar do aluno, na qual são analisados os diversos fatores internos e externos que agravam as condições de vida deste e se necessário for, poderá ser realizada visita domiciliar.

Muitas têm sido as discussões para que o processo contemple de forma equitativa e justa aos acadêmicos mais necessitados. Porém, são muitas as dificuldades encontradas pelos profissionais durante esse processo. Percebe-se, nesse sentido, que mesmo mediante a apresentação de comprovantes de sua situação socioeconômica, seus dados não são suficientes para uma análise efetiva, global e igualitária, entendendo uma vez que esta vai além da objetividade encontrada nesses documentos, compreendendo aspectos subjetivos de interação familiar em seu contexto social.

Desta forma, conforme destaca Paura (1998, p. 24):

Em relação à política de assistência, observamos a existência de campos de tensão entre os critérios de necessidade e os meritocráticos, devido à escassez de recursos na área assistencial. Nos deparamos com um contingente de alunos que demandam esses benefícios, em função de necessidades concretas. Contudo são selecionados os mais carentes, reforçando a desigualdade e a exclusão social, típico do campo assistencial em nossa sociedade.

Na UCDB, esta realidade está presente quando existe a necessidade de estabelecimento de critérios de seleção, face aos recursos insuficientes para atendimento de todos os solicitantes, visto que quer seja em maior ou menor grau necessitam do auxílio e mediante isto se busca de certa forma atingir os mais necessitados.

Existem outros Programas de Assistência que também auxiliam aos acadêmicos, como por exemplo, o Programa de Bolsa Universitária. Instituído em 2003 pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul em parceria com as universidades privadas, o Programa permite que os acadêmicos com dificuldades financeiras recebam 70% de desconto

diretamente em suas mensalidades. O governo oferece 50% e as instituições de ensino 20%. Em troca, o acadêmico deve realizar estágio de quatro horas diárias em órgãos públicos. A duração do estágio é de seis meses, podendo este ser prorrogado.

Os Projetos de Extensão, além de beneficiar a comunidade com diversas atividades sociais, também auxiliam os acadêmicos tanto para a formação profissional quanto para incentivo financeiro, pois ao participar das atividades extensivas o acadêmico recebe uma bolsa conforme carga horária exercida.

A Assistência ao Estudante, torna-se um desafio para as Universidades Comunitárias, na medida em que necessita conciliar recursos e demanda, além de cumprir com as novas determinações impostas pelo Governo Federal, pois as instituições comunitárias, como mencionado, são consideradas filantrópicas, isto é, recebem incentivos fiscais do governo e, em contrapartida, revertssem parte da cota patronal em benefícios.

Em 10 de setembro de 2004, o Governo Federal editou Medida Provisória instituindo o PROUNI – Programa Universidade para todos, que regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, conforme o artigo 62 da Constituição adotando a Medida Provisória.

De acordo com a Medida Provisória, o PROUNI determina que as universidades particulares ou filantrópicas concedam bolsas de estudo integrais e parciais de no mínimo 50% (favorece também a bolsas integrais) para brasileiros que não possuem diploma de curso superior. Para ter direito à bolsa integral, a renda *per capita* familiar do acadêmico não poderá ser superior de um salário e meio. Já a bolsa parcial poderá ser concedida para estudantes com renda per capita de até três salários mínimos. A bolsa será destinada ao estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública e que tenha passado pelo exame do ENEN.

Com esta determinação, haverá necessidade de reformulação do Programa da Bolsa Social da Universidade Católica Dom Bosco, que na atualidade concede descontos de 30% a 100% de acordo com a situação socioeconômica apresentada. Hoje, observa-se que o número

de bolsistas do Programa contempla 2.500 bolsistas e tal adequação incidirá diretamente na redução deste quantitativo.

Cabe salientar que, quando foram proferidos os primeiros discursos da Reforma Universitária, o entendimento obtido de início foi de que o Governo Federal, juntamente com o Ministério da Educação daria ênfase à melhoria e ampliação do ensino superior público, sendo que o próprio Secretário de Ensino Superior, Nelson Maculan (2004, p. 1) em artigo publicado afirmou tal situação, conforme se vê abaixo:

O Ministério da Educação quando coloca, na ordem do dia, a discussão do processo que está chamando Reforma Universitária, faz questão de chamar atenção para o fato de que tem, como prioridade, o sistema público, o qual deve ser referência, de qualidade, em ensino, pesquisa e extensão.

No entanto, na prática isto não se comprova, afinal a Reforma até agora constatada, trata-se de uma determinação em que as instituições particulares e comunitárias (que já possuem seus próprios programas de assistência ao estudante) devem aderir ao PROUNI sendo que até o momento não houve menção da ampliação deste programa para aumento de vagas em universidades públicas.

Embora exista a intenção de amostragem inversa, verifica-se vestígios de um governo neoliberal, mesmo este se denominando governo popular, que em discurso, enfatiza as políticas públicas. Constata-se nitidamente a diminuição das responsabilidades do Estado com a promoção acentuada do setor privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, em concordância com a análise inicial, quando afirmada a questão da opção dos estudantes “menos favorecidos” pela universidade privada, haja vista as relações de fatores relatadas anteriormente, enfatizam a necessidade de maior preparo no período “pré-universitário”, bem como acesso facilitado e expansivo das políticas governamentais no tocante à educação, de modo que sejam atingidas todas as ramificações educacionais, quer sejam públicas ou privadas, tendo como beneficiário principal o aluno.

Até a década de 1960, a maioria das universidades brasileiras era composta pelas universidades públicas. Desde então, o segmento da educação privada vem crescendo em ritmo acelerado, não apenas em quantidade como também em qualidade, investindo em tecnologia de ponta. Atualmente, mais de 70% dos acadêmicos estão ocupando vagas nas instituições particulares, inclusive aqueles que deveriam ser alvos das políticas públicas de educação: os que enfrentam dificuldades socioeconômicas para se manterem em universidade particular.

Em meio às discussões sobre universidade pública ou privada, surge outro conceito, não menos polêmico: a universidade comunitária, que luta para conquistar identidade própria e reconhecimento. O que a diferencia das demais é o fato de que, embora seja mantida por pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição sem fins lucrativos e presta serviços de caráter público à comunidade na qual está inserida. Portanto é uma iniciativa pública não-estatal.

Sendo assim, as universidades comunitárias também oferecem auxílio para acadêmicos que não possuem condições de pagarem integralmente uma faculdade, dentro do que se chama de Política de Assistência ao Estudante. Este é outro diferencial destas instituições.

Atualmente, as universidades comunitárias têm que vencer os desafios de corresponder à demanda que cada vez mais se torna crescente frente à insuficiência das políticas sociais do Estado em todas as áreas, inclusive da educação superior.

Há necessidade de uma reflexão crítica para se analisar as ações que estão se consolidando com o discurso da Reforma Universitária. Até o momento não se observa no discurso o aumento das ofertas de vagas ou ampliação das universidades públicas. A exemplo do Programa Universidade para Todos - PROUNI, o que se verifica é a determinação de que as universidades particulares e comunitárias deverão conceder bolsas aos acadêmicos com necessidades financeiras.

A Universidade Católica Dom Bosco, por ser uma instituição comunitária, já possui um Programa específico de Assistência ao Estudante e inclusive também oferece bolsas de estudo a acadêmicos com

dificuldades econômicas e com a nova determinação do PROUNI, terá que se adequar. Em uma análise mais profunda sobre este Programa, observa-se a conseqüente redução das bolsas que hoje são concedidas e prejudicados serão os próprios acadêmicos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Mario da Costa. A práxis do Serviço Social nas instituições. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano IX (34), dez. 1990.

SCOREL, Sarah; GIOVANELLA, Ligia. *Globalização, reformas e equidade em saúde*. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz/conjuntura/termo.html>. Acessado em: 10 maio 2004, às 10h.

FRANTZ, Walter. *Universidade comunitária: uma iniciativa pública não-estatal em construção*. Disponível em: www.mec.gov.br/reforma/menu_documentos.asp. Acessado em: 14 out. 2004, às 14h.

KAMAYANA, Nobuco. A prática profissional do Serviço Social. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano III (06), set. 1981.

MACULAN, Nelson. *Financiamento e reforma universitária*. Disponível em: www.comcienci.br/reportagens/2004/09/09.shtml. Acessado em: 23 set. 2004, às 21h.

OLIVEIRA, Euglébia Andrade de. A assistência ao estudante no espaço universitário: limites e potencialidades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., Goiânia-GO, jul. 1998. *Anais...* Goiânia: ABESS, 1998. V. 2: *Trabalho e Projeto Ético Político Profissional*, p. 26-29.

PAURA, Simone Giglio. Uma visão dos Programas Assistenciais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., Goiânia-GO, jul. 1998. *Anais...* Goiânia: ABESS, 1998. V. 2: *Trabalho e Projeto Ético Político Profissional*, p. 22-26.

SAVIANI, Demerval. *Ensino público e algumas falas sobre universidade*. 5. ed. São Paulo, 1991.

SCHIMIDT, Mario Furley. *Nova história crítica do Brasil: 500 anos de história mal contada*. São Paulo: Nova Geração, 1997.

SILVA, Arlene Cristina da. *Perfil socioeconômico do acadêmico bolsista da Universidade Católica Dom Bosco*. 2000. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS.

SPOSATI, Aldaíza O. *et al.* A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. In: *Assistência - assistencialismo: a busca da superação da questão*. São Paulo: Cortez, 1985.

VANNUCCHI, Aldo. *Universidade comunitária: o que é e como funciona*. Disponível em: www.abruc.org.br. Acessado em: 17 set. 2004, às 10h.